



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**224ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 25 de Fevereiro de 2016

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 224ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNPS

DATA: 25 de fevereiro de 2016

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

MTPS - Benedito Adalberto Brunca

MTPS - Carlos Alberto de Paula

MTPS - Emanuel de Araújo Dantas

MF – Caio Guimarães Figueiredo

MP - Amarildo Saldanha de Oliveira

Representações dos Aposentados e Pensionistas

COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira

SINDNAPI – Andréa Angerami Correa da Silva Gato

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

SINDAP - Oswaldo Lourenço

Representações dos Trabalhadores em Atividade

CONTAG – Evandro José Morello

CUT - Quintino Marques Severo

UGT – Miguel Salaberry Filho

Representação dos Empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNT – Jovenilson Alves de Souza

CNA – Frederico Toledo Melo

CNT - Jovenilson Alves de Souza

Convidados

Ubiramar Mendonça – DATAPREV

Natal Leo - SINDIAPI/UGT

Carolina Veríssimo Barbieri – MTPS

Mauricio Oliveira – COBAP

Diego Henrique Ferreira de Araujo – SPPC

Ana Paula Tomazetti – CNC

Gilberto Torres Laurindo – UGT

Edvaldo Duarte Barbosa – MTPS/SPPS

Cinara Wagner Fredo - INSS

Ausências

MTPS – Miguel Soldatelli Rossetto

MF – Jefferson Luis Bittencourt

INSS - Elisete Berchiol da Silva Iwai

INSS - Sérgio Antônio Martins Carneiro

SRFB - Daniel Belmiro Fontes

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

COBAP – Silberto Raimundo da Silva

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

Força Sindical – Antonio Cortez Morais

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNC - Antônio Lisboa Cardoso

CNM - Jamilye Lavalle Carvalho de Moura

CNPA – Daniel Alves Burle

CONTAG – José Wilson de Souza Gonçalves

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (SPPS/MTPS) abriu a 224ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião. Na continuidade, ele deu Posse ao Conselheiro representante do Governo Federal no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, Carlos Alberto de Paula, Membro Titular – Secretário de Políticas de Previdência Complementar –

SPPC/MTPS. Com a palavra, o Sr Carlos Alberto de Paula (SPPC/MTPS) saudou a todos os presentes e disse ser uma honra compor esse Conselho.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPPS/MPS) socializou a pauta dos trabalhos definida para essa reunião, a qual foi aprovada pelos conselheiros presentes. A seguir, ele colocou para aprovação das Atas referente 222ª Reunião Ordinária do CNPS e 223ª. A Ata referente à 222ª Reunião Ordinária do CNPS teve ressalva feita pelo conselheiro Frederico Toledo Melo (CNA), **na página nº 8, onde se lê 36% substituir por 22,3% e excluir a palavra “comum”**, posto isto, o Sr. Presidente colocou em processo de votação as citadas Atas, sendo elas aprovadas.

III - ORDEM DO DIA

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPPS/MTPS) justificou as ausências dos conselheiros: Luiz Adalberto da Silva (COBAP) por motivo doença e, Antônio Cortez Morais (Força Sindical) em razão de internação hospitalar de sua progenitora. Na sequência, passou-se de imediato para o primeiro item de pauta, logo, **“Apresentação sobre cobertura previdenciária – PNAD 2014 que teve como relator da matéria**, o Sr. Edvaldo Duarte Barbosa – Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários do MTPS. Ele iniciou destacando que a metodologia utilizada para apontar a cobertura previdenciária, ela foi aprovada na esfera deste há muitos anos e é pautada em três princípios, quais sejam: População ocupada brasileira; Proteção das pessoas idosas e, Questão da pobreza. A seguir, ele explicou em pormenores sobre: 1) Proteção Previdenciária entre a População Ocupada com idade de 16 a 59 anos no Brasil; Panorama da Proteção Previdenciária da População Ocupada entre 16 e 59 anos) em 2014, inclusive a Área Rural da Região Norte; Cobertura Previdenciária por Unidade da Federação em 2014, inclusive na Área Rural da Região Norte; Evolução da Cobertura Previdenciária entre as Pessoas com Idade entre 16 e 59 anos, segundo Gênero no período de 1992 a 2014, exclusive Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins; Perfil da População Ocupada Desprotegida e com Capacidade Contributiva, Pessoas com idade de 16 a 59 anos no Brasil; Proporção de Trabalhadores Ocupados e Desprotegidos com Capacidade Contributiva no ano de 2014; Proteção Previdenciária segundo Faixas de Rendimento em 2014, inclusive Área Rural da Região Norte; Proteção Previdenciária segundo Grandes Regiões em 2014,

inclusive Área Rural da Região Norte; Proteção Previdenciária segundo Posição na Ocupação em 2014, inclusive Área Rural da Região Norte; Proteção Previdenciária segundo Ramos de Atividade em 2014, inclusive Área Rural da Região Norte; 2) Proteção Previdenciária entre os Idosos, pessoas com 60 anos ou mais de idade no Brasil e suas respectivas coberturas no ano de 2014; 3) Impactos dos Mecanismos de Proteção Social Previdência e Assistência Social sobre a Pobreza no Brasil; Pontos Percentuais de Redução de Pobreza no Brasil em função das Transferências Previdenciárias por Unidade da Federação em 2014, inclusive Área Rural da Região Norte; Percentual de Pobres no Brasil, por Idade, com e sem Transferências Previdenciárias em 2014, inclusive Área Rural da Região Norte. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente agradeceu ao expositor e, em seguida, abriu a palavra para as considerações do Pleno. Manifestaram-se os conselheiros: Evandro José Morello (CONTAG); Quintino Marques Severo (CUT); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); Moacir Meirelles de Oliveira (COBAP). Registre-se que em todas as manifestações, os conselheiros foram unânimes em parabenizar a apresentação, visto que é um trabalho que contém dados importantes. Foram pontuadas as seguintes questões pelos conselheiros citados acima: Ausência de enfoque de proteção dos trabalhadores desprotegidos por ramos de atividade no que se refere aos trabalhadores rurais; informalidade da construção civil, quanto do comércio; reforma da Previdência Social; números de contribuintes dos regimes próprios; estatuto do idoso; atualização dos macrodados dos boletins da GFIP; anuários estatísticos. Com a palavra, o Sr. Edvaldo Duarte Barbosa (Coordenador Geral de Estudos Previdenciários/MTPS) esclareceu as questões colocadas. Com relação à proteção dos trabalhadores rurais, ele disse que essa apresentação não traz realmente esses estudos, entretanto em apresentações anteriores esses dados foram socializados e, observou-se a existência de nível de proteção alta entre os agricultores, contudo quando se olha para o trabalho na área rural, que gera emprego, a informalidade é gritante, gerando assim, um problema sério. A seguir, ele se comprometeu a trazer esses dados em uma próxima oportunidade, bem como a questão do ramo da atividade agrícola e da pluralidade, isto é, faixa de idade a partir dos 60 anos. Na continuidade, o Sr. Presidente prestou o seguinte esclarecimento em relação aos servidores públicos dos três níveis, principalmente no que se refere à variação 6.7, nessa apresentação estão incluídos os militares e no anuário estatístico traz esse número em 6.5, porque nem todos os militares estão incluídos dentro de regimes próprios de

Previdência Social. Mas, a avaliação é exatamente essa, porque alguns estados incluem militares e outros não. Tem um sistema apartado para militares, mas o número é correspondente à realidade do número de servidores. Por isso que a pesquisa, ela é coerente do ponto de vista de traçar políticas públicas nessa área também. Novamente com a palavra, o Sr. Edvaldo Duarte Barbosa (Coordenador Geral de Estudos Previdenciários/MTPS) prestou o seguinte esclarecimento: *“O número de contribuintes do RGPS bate, assim, se aproxima também do nosso. Então, é uma pesquisa que tem sido usada ao longo do tempo, testada, inclusive, porque é o seguinte: A cada dez anos, quando sai o Censo, não sai a PNAD e a gente faz a conta pelo Censo e, assim, os dados se aproximam. É interessante perceber isso. Não é um dado aleatório. É um dado único e a gente tira usando critérios estabelecidos por nós mesmos, estabelecendo como é que eu poderia capturar aquela informação”*. A seguir, foi à vez do Sr. Emanuel de Araújo Dantas (Diretor do Departamento de Regime Geral – DRGPS/MTPS) fazer uso da palavra, momento em que esclareceu a respeito dos dados que não estão disponíveis no INFOLOGO de 2014 em função de problemas operacionais de validação dos dados, entretanto, dentro dos próximos 15 ou 20 dias deverão estar disponíveis. Ainda sobre o assunto, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (Secretário de Políticas de Previdência Social) informou que no dia anterior a essa reunião, ele esteve reunido com o Diretor da DATAPREV, responsável pelo banco de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social para tratar sobre essa questão dos dados e, assim, constar todas as informações necessárias. O CNPS tem apontado à preocupação a respeito dos dados que estão ausentes no âmbito do boletim e, há um esforço muito grande em se fazer o reprocessamento do número de contribuintes de 2013, visto que ele precisa constar no anuário, a ausência de dados deu-se devido a mudança de metodologia, as formas e os sistemas que tem que ser acessados, eles precisaram ser reprocessados para poder estar condizentes com esse padrão, o que está exigindo um trabalho adicional por parte da DATAPREV para poder solucionar isso. Novamente com a palavra, o Sr. Emanuel de Araújo Dantas (DRGPS/MTPS) prestou esclarecimentos acerca do boletim da GFIP. Ele disse que provavelmente no meio do ano, o citado boletim voltará a ser veiculado. Ele esclareceu ainda, a respeito do idoso ser considerado idoso a partir de 60 anos, isso ocorre devido à definição de uma metodologia adotada pelo Estatuto do Idoso do Brasil, mas há intenção de se trabalhar na metodologia de a partir de 65 anos por causa do comparativo internacional. Esgotadas as manifestações sobre o primeiro item de pauta, o

Sr. Presidente chamou o segundo ponto de pauta, logo, “**Perfil dos Beneficiários do RGPS**”. A matéria em destaque foi apresentada pela Sra. Carolina Veríssimo Barbieri (Coordenação Geral de Estudos Previdenciários/MTPS), ela, após saudar os presentes, passou a explanação pormenorizada da matéria, ela disse que em dezembro de 2015, o INSS emitiu 28,3 milhões de benefícios do RGPS para pagamento; 56,7% desses benefícios foram para mulheres; 67,2% para clientela urbana. Nota-se que, dentre as mulheres, a clientela rural é ligeiramente maior do que entre os homens (34,3% x 28,3%); Em termos de valores, em dezembro de 2015, o valor total dos benefícios foi de mais de R\$ 29,0 bilhões, sendo 51,3% desse montante destinado às mulheres, embora elas sejam responsáveis por 56,7% dos benefícios. Com relação à clientela, apesar do percentual de beneficiárias rurais serem de 34,3% do total de mulheres, o valor destinado a elas corresponde a 25,9% do valor total destinado às mulheres. Para os homens, esse percentual também é desigual: são 28,3% de beneficiários rurais para 16,8% do valor destinado ao total de beneficiários homens. Isso mostra que as mulheres costumam ter rendimentos menores que os homens, e que os trabalhadores urbanos são mais bem remunerados do que os rurais. Para ilustrar a sua exposição, a relatora apresentou tabelas contendo: Quantidade de Benefícios Emitidos do RGPS, segundo clientela Posição em dez/2015; Valor de Benefícios Emitidos do RGPS, segundo clientela em real Posição em dez/2015; Quantidade de Benefícios Emitidos do RGPS, segundo Regiões Geográficas e respectivas Unidades da Federação – Posição em dez/2015; Quantidade de Benefícios Emitidos do RGPS, segundo Faixas de Valor - Posição em dez/2015; Quantidade de Benefícios Emitidos do RGPS, segundo os Grupos de Espécies Posição em dez/2015. Ela também enfatizou que em tipos de benefícios selecionados, percebe-se como as aposentadorias por idade lideram os benefícios e como isso aumentou proporcionalmente de 2005 a 2015. Para as mulheres, que antes recebiam mais pensões por morte, verifica-se a inversão dessa tendência, porque em 2015 esse benefício foi ultrapassado pelas aposentadorias por idade. Reflexo da inserção da mulher no mercado de trabalho e sua inclusão na Previdência Social como geradora de direito. Disse também sobre Idades médias na Concessão de Aposentadorias, logo, Idade mais Tempo de Contribuição em 2015; Idades Médias na Concessão de Aposentadorias por Idade; Idades Médias na Concessão de Aposentadorias por Idade na área Urbana; Rural e, Por tempo de contribuição. Por fim, ela explicou sobre as aposentadorias por tempo de serviço, ou seja, contribuição, na clientela rural são menos frequentes do que na urbana,

uma vez que são 5,4 milhões urbana x 20 mil rural em dezembro de 2015, mas observa-se que houve crescimento expressivo desse tipo de emissão ao longo dos anos, especialmente para as mulheres. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente abriu a palavra para as considerações do Pleno. Fez uso da palavra, a Sra. Andréa Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI), momento em que parabenizou a apresentação, pois ela foi muito esclarecedora e útil e com certeza, as informações contidas nelas serão repassadas as entidades representadas na esfera deste Conselho, contudo, ela acha temerária essa tentativa de igualar os tempos de contribuição entre homens e mulheres e idades, conforme está prevista na atual Reforma Previdenciária. Em seguida, solicitou a palavra o Sr. Moacir Meirelles de Oliveira (COBAP) e fez o seguinte questionamento: *“A aposentadoria de pensões, acima de um Salário Mínimo, elas não recebem o mesmo reajuste de quem ganha acima de um Salário Mínimo. Se o Ministério da Previdência Social tem um dado percentual, de migração das pessoas para o Salário Mínimo”?* O Sr. Benedito Adalberto Brunca (Secretário de Políticas de Previdência Social) respondeu que se for feita a série histórica, sim, haverá essa evolução, entretanto isso é pelo efeito da incorporação, mas, também, pelo efeito do crescimento de quem ganha Salário Mínimo, contudo é possível o Ministério do Trabalho e Previdência Social fazer esse estudo e fornecer aos Conselheiros e ver como isso pode ser representado. A seguir, ele agradeceu a expositora pela apresentação e, disse ainda, que no ano de 2015 foi feita essa mesma apresentação para poder estabelecer a questão do referencial. Nas duas apresentações se observa um grau maior de proteção para as mulheres, ainda que os desafios sejam efetivos, para poder estar buscando algum nível de equiparação, seja de valor, seja de renda, do ponto de vista do benefício em si. Manifestaram ainda sobre a matéria: Evandro José Morello (CONTAG) e Quintino Marques Severo (CUT).

IV – INFORMES

O Sr. Emanuel de Araújo Dantas (DRGPS/MTPS) apresentou para o Pleno os Índices de reajustamento dos benefícios 2016. Ele disse que o reajuste dos benefícios, em 2016, foi editado pela Portaria Interministerial nº 01, de 8 de janeiro de 2016. O Índice de reajustamento foi de 11,28%, sendo que o limite mínimo do salário de contribuição e salário de benefício ficou estabelecido no valor R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), logo, reajuste de 11,68%, assim como o limite máximo do salário de contribuição e salário

de benefício ficou instituído em R\$ 5.189,82 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos). Ele também explicou sobre o fator de reajuste dos benefícios concedidos de acordo com as respectivas datas de início, aplicável a partir de janeiro de 2016; tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2016; *A partir de 1º de janeiro de 2016, não terão valores inferiores a R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), os benefícios: RGPS; Benefícios Assistenciais; Encargos Previdenciários da União – EPU. Concluindo, ele falou que a respeito da Seletividade do auxílio-reclusão e salário-família que está assim definido: R\$ 1.212,64; Cotas do salário família: i) Para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 806,80: R\$ 41,37; ii) Para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 806,80 e igual ou inferior a R\$ 1.212,64: R\$ 29,16.* No uso da palavra, o Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT) questionou acerca do valor do salário mínimo proporcional e a cota do Salário Família. O Sr. Presidente esclareceu que as cotas do Salário Família o mesmo nível de reajustamento que o Salário Mínimo teve, acumulando os ganhos reais que estão estabelecidos. Disse ainda, que essa cota já foi debatida no âmbito desse Conselho, porém, ele se compromete a levantar os dados e, assim, recolocar essa discussão e trazer as informações no âmbito do CNPS. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Cinara Wagner (Diretora de Benefícios do INSS) para que ela pudesse relatar o informe sobre a “Situação do atendimento do INSS”. Com a palavra, Sra. Cinara Wagner (Diretora de Benefícios do INSS) consignou que atualmente é prioridade do INSS trabalhar a questão da regularização ao atendimento, prejudicado em virtude da greve dos médicos peritos no ano de 2015. Ela disse que após longa e difícil negociação, o governo conseguiu estabelecer um acordo para regularizar a situação do médico perito, de modo médica. Atualmente o INSS está em plena fase de reposição de atividades, procurando, na medida do possível, ampliar a abertura de agendas para reduzir o tempo de espera para esse agendamento e o desafio maior se encontra pautado, que é a questão das perícias médicas. Nos 165 dias o INSS deixou de atender aproximadamente 1 milhão e trezentas mil perícias médicas, pois quando começou o movimento grevista, no mês de setembro de 2015, estava em 20 dias de espera para a realização da perícia e, houve um período muito crítico, em que o tempo médio passou para 89 dias. Normalmente, diariamente o INSS realiza trinta e duas mil perícias, nas fases mais críticas, chegaram a ser realizadas somente 9 mil perícias. Há propositura de

melhorar essa questão do agendamento, bem como do tempo de espera para a realização da perícia médica, visto que, a reposição está sendo feita no prazo previsto de 6 meses, assim sendo, há um esforço adicional para agilizar e normatizar a questão das perícias médicas em todo o país. Por fim, ela disse que em uma próxima reunião o INSS deve apresentar cenário bem mais detalhado. Fizeram uso da palavra, os conselheiros: Frederico Melo (CNA); Evandro José Morello (CONTAG); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Moacir Meirelles de Oliveira (COBAP); Miguel Salaberry Filho (UGT). O debate ocorreu encima das seguintes questões, quais sejam: diferenciações para atender demandas judiciais e normais; atendimento em caráter emergencial para obtenção do benefício; processo de agendamentos em agências; mau atendimento do perito; falta de funcionários nas agências do INSS; atenção específica na questão do atendimento da perícia; o fluxo de informações que precisa ser melhorados dentro da perícia médica; fazer uma reunião, o mais rápido possível com todos os membros do CNPS e ter nessa oportunidade, a representação dos Médicos Peritos. O Sr. Miguel Salaberry Filho (UGT) solicitou que fosse apresentado no âmbito deste o Conselho os devedores do INSS. O conselheiro Sr. Moacir Meirelles de Oliveira (COBAP) requereu que na próxima reunião do CNPS seja apresentado o fluxo de caixa do INSS, em seguida, ele aproveitou a oportunidade e distribuiu um documento detalhado que comprovam que a Previdência pode recuperar receitas, e assim, melhorar seu balanço financeiro. Feitas as considerações, o Sr. Presidente retomou a palavra e disse que todas as colocações postas nessa oportunidade sobre a questão da dívida do INSS, elas serão levadas ao Ministro Miguel Rossetto, embora, ele já tenha debatido acerca do tema com a PGFN, com a Receita Federal. O Sr. Presidente também pediu ao representante do Ministério da Fazenda, o Sr. Caio Guimarães Figueiredo verificasse esse assunto e, assim, ver a possibilidade de na próxima reunião desse Conselho trazer esses elementos que são fundamentais para dar clareza ao debate. Afirmou, ainda, de forma contundente que não se pode ter dúvidas a respeito dos dados e dos parâmetros, visto que o CNPS só poderá evoluir, crescer se pelo menos todos os integrantes tiverem clareza da evolução, dos números, das informações que propiciam uma defesa das posições objetivas que precisam ser enfrentadas. Na continuidade, a Sra. Andréa Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) fez uso da palavra, momento em que abordou sobre Fórum Social de Porto Alegre, realizado no mês de janeiro do corrente ano. Nessa oportunidade foi elaborado um documento, o qual já foi encaminhado via e-

mail a Secretaria Executiva do CNPS que deverá ser distribuído a todos os conselheiros. Com a palavra, a Sra. Silvana do Socorro Machado Rodrigues (MTPS) falou sobre a 3ª Edição do “Fórum Dialoga Brasil”, a ser realizado dias 15 e 16 de março de 2016, em Brasília/DF. Representarão o CNPS os conselheiros: Andréa Angerami Gato (SINDNAPI); Oswaldo Lourenço (SINDAP); Miguel Salaberry (UGT) e Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT). Na sequência, foi a vez do Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI) fazer o seu informe. Ele disse que a CNI protocolou no dia 24/02/2016, junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social um pedido de publicação das alíquotas, dos graus de risco do RAT, isto é, os riscos ambientais do trabalho. É uma alíquota que faz parte do dispositivo legal na Legislação Previdenciária e está quase 10 anos sem sofrer uma atualização. Baseou numa sinistralidade de 2007, 2008 e ele, é alíquota de 1, 2, 3% para cada uma das atividades econômicas, dessa forma seria mais no sentido de republicar e fazer uns ajustes metodológicos cabíveis. O Sr. Presidente solicitou novamente ao conselheiro Caio Guimarães Figueiredo (MF) que registrasse esse informe e o levasse para conhecimento do Ministério da Fazenda. Igualmente, o Departamento de Saúde Ocupacional, do Ministério do Trabalho e Previdência Social já está trabalhando nas séries estatísticas buscando assim, atualizar os dados, uma vez que o cenário hoje é outro, inclusive o perfil, em função do próprio FAP e de todo o conjunto de iniciativas que foram sendo adotados. Disse também, que o Ministério está fazendo o levantamento da parte estatística para poder ter o novo documento que propicia a tramitação da republicação do anexo V do Decreto 3.048. Por fim, registrou o recebimento da carta do Fórum Social Mundial da População Idosa de 2016. Será feita a digitalização para distribuição para todos os Conselheiros.

V – OUTROS ASSUNTOS

A 225ª reunião do CNPS será realizada no dia 31/03/2016.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 224ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MTPS) lavrei a presente Ata. Brasília, 25 de fevereiro de 2016.